

CONTRATO Nº. 133/2018-MP/PA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA MUNDIAL NET TELECOM LTDA EPP.**

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.054.960/0001-58, com sede à Rua João Diogo, nº 100, Bairro: Cidade Velha, CEP: 66015-165, Belém-Pa, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmº. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **GILBERTO VALENTE MARTINS**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e, do outro lado a empresa **MUNDIAL NET TELECOM LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.577.986/0001-05, Inscrição Estadual nº 15.380.123-9, com sede na Avenida Minas Gerais, nº 257, Bairro: Centro, Breu Branco/PA, CEP: 68.488-000, telefones nº: (94) 3786-0025, e-mail: lojamundial\_jr@hotmail.com, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **GESILBERTO PINHEIRO RAMOS JÚNIOR**, RG nº 4851564 PC/PA, inscrito no CPF sob o nº 777.454.692-87, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Breu Branco/PA, têm entre si justo e contratado o que melhor se declara nas cláusulas e condições seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO JURÍDICO**

1.1. O presente Contrato decorre da **Dispensa de Licitação nº 070/2018-MP/PA, por execução indireta, preço global, vinculada ao Processo nº 184/2018-SGJ-TA – Protocolo nº 43468/2018**, nos termos do inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/93, e alterações do Decreto Federal nº 9.412/2018; regendo-se, o mesmo, pelas regras das Leis nº 8.666/93 e 8.883/94 e demais regras do Direito Público e Privado que o subsidiarem.

1.2. Aos casos omissos serão aplicadas as normas referidas no subitem anterior.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela **CONTRATADA**, de **serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Breu Branco/PA**, conforme proposta da contratada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1. Para atender às despesas do presente Contrato, o Ministério Público, valer-se-á de recursos orçamentários na função programática:

**Atividade:** 12101.03.126.1434.8326 – Gestão de Tecnologia da Informação do Ministério Público;

**Elementos de Despesa:** 3390.40 – Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica;

**Fonte:** 0101 – Recursos Ordinários.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO**

4.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)**, referentes a **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)** da taxa única de instalação e de 12 mensalidades de **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)**, conforme o disposto na proposta da Contratada, datada de 09/08/2018, pela execução do objeto contratado.

**Parágrafo Único** – No valor estabelecido nesta cláusula estão incluídos todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor incidentes, direta ou indiretamente e despesas de quaisquer natureza decorrentes da execução do presente contrato, sendo o valor fixo e irrevogável.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetuado **mensalmente** pelo Departamento Financeiro do Ministério Público, no **Banco: Caixa Econômica Federal, Agência nº 3215, Op: 003, Conta Corrente nº 00000015-0**, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, mediante apresentação da Nota

1

Fiscal/Fatura dos serviços efetivamente executados no mês anterior devidamente atestada pela FISCALIZAÇÃO, mediante, os quais observarão as especificações exigidas neste instrumento.

5.1.1. O pagamento dos fornecedores de bens e prestadores de serviços dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará será efetuado mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, conforme Decreto Estadual nº 877, de 31/03/2008.

5.1.1.1. Caso o prestador não possua conta no banco BANPARÁ, será cobrada pelo banco taxa referente ao DOC/TED para o banco indicado pelo prestador, sendo o valor desta taxa automaticamente descontado no valor depositado para pagamento da prestação do serviço.

5.1.2. Pagamentos através de código de barra só poderão ser realizados caso a empresa possua convênio com o Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), uma vez que todos os pagamentos são realizados através do SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios).

5.1.3. O pagamento será efetuado no prazo previsto no item 5.1 salvo atraso na liberação de recursos pela Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF.

5.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pelo fornecedor, de que encontra-se regular com suas obrigações para o sistema de Seguridade Social, deverá enviar, junto com a fatura mensal do serviço, os seguintes documentos:

5.2.1. Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

5.2.2. Certificado de regularidade do FGTS – CRF;

5.2.3. Certidão negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias;

5.2.4. Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;

5.2.5. Certidão negativa de débitos com Fazenda Estadual;

5.2.6. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;

5.3. A **Nota Fiscal de Serviços de Comunicação** deverá ser emitida com valor global com até duas casas decimais. As sobras decorrentes de arredondamento poderão ser faturadas no final do exercício ou do contrato.

5.3.1. Na hipótese do fiscal do contrato identificar alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas e das respectivas certidões serão estas imediatamente devolvidas, com a justificação dos motivos que ensejaram sua devolução, para que a CONTRATADA proceda os ajustes necessários, reiniciando-se o prazo de pagamento no momento em que forem efetivadas as correções.

5.3.2. O atesto da nota fiscal será efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento definitivo do material pelo responsável pela Fiscalização no local anteriormente mencionado;

5.3.3. O reajuste das tarifas obedece às determinações da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

5.4. Poderá haver a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando o CONTRATADO:

5.4.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.4.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.5. Não efetuado o pagamento pelo CONTRATANTE no prazo estabelecido na subcláusula 5.1, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores correspondentes à fatura serão atualizados financeiramente com base no critério abaixo especificado, em observância ao art. 40, XIV, "c" da Lei 8.666/93 e suas alterações.

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM=Encargos Monetários

N=Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento

VP=Valor da parcela a ser paga

I=Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX=Percentual da taxa anual=6%

## CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

6.1. Não haverá alteração com base no art. 65, I, "b" e § 1º, da Lei nº. 8.666/93, por tratar-se de serviço de acesso à internet em uma Promotoria de Justiça.

6.2. Este instrumento poderá ainda ser alterado, exceto no objeto, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II - Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Do reajuste (reajustamento de preços efetuado pela aplicação de índices de preços oficiais gerais, específicos, setoriais):

7.1.1. O valor proposto e contratado poderá ser reajustado a cada período de 12 (doze) meses, contados da data do início da vigência deste instrumento, conforme a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, mediante requerimento da empresa protocolizado à época de completar-se cada período, sob pena de preclusão;

I. A data base para o cálculo do primeiro período será a data de aniversário da proposta;

## CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

8.1. A execução da prestação dos serviços inicia-se a contar da data da publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Estado do Pará.

### 8.2. Da prestação dos serviços

8.2.1. Assegurar a prestação do serviço, de forma ininterrupta, **24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana**, salvo hipóteses de caso fortuito ou força maior. Ficam ressalvadas, ainda, as interrupções por motivo de manutenção, troca de equipamentos ou problemas técnicos na rede elétrica, rede de telefonia e no link da internet; que devem ser informadas, se possível, previamente; se não puderem ser informadas previamente, devem ser justificadas por escrito à fiscalização.

8.2.2. Disponibilizar ao Contratante uma senha e um código de assinante para a **Promotoria de Justiça de Breu Branco/PA**, além dos equipamentos em comodato e demais obrigações assumidas conforme proposta da contratada;

**8.3. Das características do serviço**

8.3.1. O serviço consiste no acesso à internet de 20Mbps (vinte megabits por segundo) simétrico, com transferência de dados ilimitada e velocidade média mensal de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da velocidade máxima garantida, incluindo instalação, suporte e manutenção do serviço e dos equipamentos fornecidos em comodato.

8.3.2. Deve ter disponibilidade acima de 95% por mês;

8.3.3. Deve ter latência máxima inferior a 40ms entre a rede do MPE/PA e a rede provedor, quando o enlace não estiver saturado;

8.3.4. Deve ter perda média de pacotes inferior a 1% entre a rede do MPE/PA e a rede do provedor, quando o enlace não estiver saturado;

8.3.5. Deve ser garantido, a qualquer momento, pelo menos 80% da capacidade contratada;

**8.4. Do suporte telefônico, da assistência técnica e da manutenção corretiva**

8.4.1. Fornecer ao usuário suporte telefônico, no horário compreendido das 08:00 às 18:00 horas de segunda à sábado (exceto feriado), destinado à resolução de problemas de conexão;

8.4.2. As reclamações feitas através da Central de Assistência Técnica da CONTRATADA devem ser atendidas em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas corridas, depois de registrada, excetuando a inoperância total, situação sobre a qual o Acordo de Nível de Serviço já discorre;

8.4.3. A Central de Assistência Técnica da CONTRATADA deve permitir comunicação de inoperância através de telefone e ainda possibilidade de atendimento através de endereço de correio eletrônico da Internet;

8.4.4. Os prazos relativos à assistência técnica/manutenção dos serviços e dos equipamentos transcorrem independentemente do horário comercial e de expediente;

8.4.5. Os serviços de atendimento técnico que necessitarem ser executados nas dependências da CONTRATANTE são agendados com um funcionário da CONTRATANTE. Em caso de impedimento de acesso de técnicos ao local da ocorrência, que seja de responsabilidade da CONTRATANTE. O cômputo do período de disponibilidade não considera o período de tempo em que o técnico da CONTRATADA permanecer impedido de realizar a manutenção;

8.4.6. O início do atendimento deve ser contado a partir da solicitação feita pela CONTRATANTE à Central de Serviços da CONTRATADA, e o prazo de atendimento deve se ater ao especificado no item 8.4.2;

8.4.7. Entende-se por finalização o atendimento o momento a partir do qual o serviço estiver disponível e em perfeitas condições de funcionamento;

8.4.8. A CONTRATADA deve fornecer no momento da abertura do chamado, um número de protocolo para acompanhamento do atendimento;

8.4.9. A CONTRATADA deve apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, todos os procedimentos e informações necessárias ao acionamento do seu serviço de suporte e solução de problemas;

8.4.10. A CONTRATADA não é responsável pela solução de problemas internos, a partir da rede interna da CONTRATANTE;

8.4.11. A realização de testes, ajustes e manutenção necessários à prestação do serviço devem ser agendadas e devidamente comunicadas à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis;

8.4.12. Em caso de falha dos equipamentos A CONTRATADA deve garantir a substituição do equipamento defeituoso por outro em pleno funcionamento;

8.4.13. Todos os cabos e adaptadores necessários para interligar os equipamentos instalados na CONTRATANTE pela CONTRATADA são de responsabilidade desta.

**8.5. Do recebimento dos serviços**

8.5.1. A prestação mensal dos serviços será recebida **definitivamente**, com a aceitação no prazo de **2 (dois) dias** úteis, para verificar a conformidade dos serviços com o presente Contrato e anexo.

4



8.5.2. Na hipótese de ser verificada a impropriedade do objeto executado, o mesmo será imediatamente rejeitado, no todo ou em parte, a critério da FISCALIZAÇÃO responsável pelo seu recebimento, sendo o fornecedor notificado a proceder à correção/substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a verificação, sendo-lhe, ainda, concedido igual prazo para refazimento do objeto ou parte do que foi rejeitado, da data da comunicação;

8.5.3. Os objetos contratados serão recebidos e conferidos pela Fiscalização designada por esta Instituição.

8.5.4. Os equipamentos devem ser instalados nas salas indicadas pela CONTRATANTE. A instalação deve ser feita na Sala de Telecomunicações do prédio, e na falta desta, no local onde for indicado pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. Este instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Pará, **podendo ser prorrogado**, a critério da Administração, até o limite previsto no art. 24, II da Lei nº 8.666/1993, fundamento da Dispensa de Licitação, com atualização de valores pelo Decreto Federal nº 9.412/2018, e conforme dispõe o art. 57, II, da Lei das Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Sem que a isto limite suas garantias, a contratada terá os seguintes direitos:

10.1.1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas;

10.1.2. Receber o Atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;

10.1.3. Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do objeto, até para que possa a empresa proceder correções;

10.1.4. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

10.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, a contratada será responsável por:

10.2.1. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, conforme as especificações neste contrato e na proposta de preços apresentada pela empresa, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para a **execução** dos serviços no prazo, no local e horário indicados;

10.2.2. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da **execução** dos objetos no local indicado, incluindo os possíveis danos causados por transportadoras, sem qualquer ônus ao contratante, ressarcindo os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

10.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Ministério Público, credenciando junto ao Órgão um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;

10.2.4. Quando por problemas técnicos os prazos citados no contrato não puderem ser cumpridos, a contratada deverá comunicar por escrito ao Órgão, em até 02 (dois) dias úteis anteriores ao término do prazo, ao qual caberá aceitar ou rejeitar as justificativas;

10.2.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sem ônus para a Contratante

10.2.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Processo Administrativo nº. 0184/2018-SGJ-TA (Protocolo nº. 43468/2018)**, cumprindo durante a vigência do contrato todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais vigentes, a regularidade com o fisco, com o sistema de seguridade social, com a legislação trabalhista, normas e padrões de proteção ao meio ambiente e cumprimento dos direitos da mulher, inclusive os que protegem a maternidade, sob pena da rescisão contratual, sem direito a indenização conforme preceitua o art. 28

  


§4º da Constituição do Estado do Pará, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa. Apresentando quando solicitado a comprovação de:

**10.2.6.1. Regularidade Fiscal** com a Fazenda Nacional, o sistema de seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

**10.2.6.2. Regularidade Fiscal** perante as Fazendas Estaduais e Municipais da sede da licitante;

**10.2.6.3. Regularidade Trabalhista** comprovada através de **Certidão Negativa de Débito Trabalhista** prevista na Lei 12.440/2011, retirada no site [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br).

**10.2.6.4. Cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII**, da Constituição Federal/88 (trabalho de menores de idade, observada a Lei nº 9.854/1999).

10.2.7. Informar o Órgão de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes do Contrato, tais como: mudança de endereço, telefone, fax, dissolução da sociedade, falência e outros;

10.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente, sem prévia e expressa anuência do Ministério Público; não sendo aceita, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

10.2.9. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pela fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

10.2.10. Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos aqui estabelecidos não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Ministério Público, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Ministério Público;

10.2.11. Assumir inteira responsabilidade pelas despesas e encargos diretos e indiretos com as pessoas que prestarem qualquer serviço relativo ao presente contrato sendo que a prestação de serviço não gerará nenhum vínculo empregatício com o Contratante;

10.2.12. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou prepostos, quando da execução dos serviços objeto deste Contrato, no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificados nas dependências do Contratante;

10.2.13. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier diretamente a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento do CONTRATANTE;

10.2.14. Nomear e manter preposto, aceito pelo Contratante, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário;

10.2.15. A Contratada, quando solicitado, apresentará licença da ANATEL que a autorize a implantar e comercializar os enlaces de comunicação de dados fornecidos;

10.2.16. A Contratada deve utilizar equipamentos devidamente homologados pela ANATEL, nas dependências do MP/PA.

10.2.17. Observar a **VEDAÇÃO ao MPPA** quanto à contratação de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento. (Resolução nº 172/2017-CNMP que altera o artigo 3º, caput, da Resolução CNMP nº 37/2009)

10.2.17.1. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

10.2.18. A Contratante pode promover a alteração de localização e do ponto contratado a qualquer momento, com a correspondente alteração contratual com a Contratada, desde que haja viabilidade técnica.

10.2.19. No caso de mudanças de endereço em que estejam instalados equipamentos para prestação de serviços contratados, a Contratada se compromete a fazer a mudança da instalação dos equipamentos para o novo endereço, dentro da mesma cidade ou município, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da expressa solicitação da mudança, desde que haja viabilidade técnica.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

11.1. Sem que a isto limite seus direitos, terá o Ministério Público as seguintes garantias:

11.1.1. Receber o objeto de acordo com o que consta neste instrumento e na proposta comercial;

11.1.2. Devolver o objeto em desacordo com as especificações exigidas neste instrumento.

11.1.3. Não aceitar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

11.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o Órgão responsável pelos seguintes itens:

11.2.1. Efetuar o pagamento mensal mediante a apresentação de Nota Fiscal acompanhada das documentações exigidas, devido à execução dos serviços e atestada pela fiscal do contrato;

11.2.2. Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor;

11.2.3. Assumir integral responsabilidade por si e por terceiros na utilização do código do usuário e da senha individual;

11.2.4. Confiar à Contratada, exclusivamente, todos os serviços objeto deste Contrato;

11.2.5. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição.

11.2.6. Cumprir e fazer cumprir o disposto na proposta comercial.

11.2.7. Comunicar, por escrito, quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados à execução do Contrato.

11.2.8. Aplicar à contratada penalidade por descumprimento das cláusulas contratuais, notificando a Contratada por escrito;

11.2.9. Permitir o livre trânsito dos funcionários da Contratada, durante a execução dos serviços, pelas dependências da Contratante e correlato, desde que devidamente identificados, tornando disponíveis as instalações e equipamentos necessários à execução dos serviços;

11.2.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que sejam solicitados pelos empregados da Contratada, sempre que necessário;

11.2.11. Designar um servidor lotado na Comarca para, acompanhado pelo Departamento de Informática, realizar a fiscalização do Contrato;

11.2.12. Tornar disponível as instalações e os equipamentos necessários à execução dos serviços, quando for o caso;

11.2.13. Autorizar o acesso de funcionários da Contratada às dependências da Contratante e correlato, desde que solicitado antecipadamente ou mediante justificativa fundamentada ou emergente.

11.2.14. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação de serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo Contratante, não será interrompida, comunicando à Contratada quaisquer fatos que necessitem sua imediata intervenção. A existência da fiscalização por parte do Contratante de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da Contratada na prestação dos serviços assumidos.

11.2.15. Responsabilizar-se pelas despesas com publicações necessárias a legitimação do Contrato e respectivos aditivos, se ocorrerem.

11.2.16. Solicitar o afastamento imediato do funcionário da Contratada que se tornar inconveniente ou prejudicial à prestação do serviço contratado.

11.2.17. Dar à Contratada as condições necessárias a regular execução do Contrato;

11.2.18. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada, comunicando a Contratada, quaisquer irregularidades ocorridas, consideradas de natureza grave.

11.2.19. Manter o controle da identificação dos empregados da Contratada para acesso às dependências da Contratante e correlato.

11.2.20. O Contratante é responsável pela infraestrutura interna das salas onde devem ficar os equipamentos de terminação da Contratada, tal como especificado a seguir: energia elétrica comercial, unidades de fornecimento ininterrupto de energia (no-break), cabeamento para conexão das terminações à rede interna de dados, bem como switches e servidores de acesso e armários de comunicação(racks), quando presentes;

11.2.21. Manter organizado e atualizado um sistema de controle, assinado por técnico da Contratada e por servidor destinado pelo Contratante, onde seja registrado, em cada visita:

- a) as peças e/ou acessórios substituídos;
- b) as atividades desenvolvidas;
- c) as ocorrências ou observações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. No caso da CONTRATADA não cumprir as obrigações assumidas neste instrumento Contratual, ou usar de má-fé, ficará sujeita, respeitado os direitos à ampla defesa e ao contraditório, à aplicação das penalidades abaixo descritas.

I - **Advertência** pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos compromissos assumidos ou na sua conclusão, e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão.

II - **Multa**, para a hipótese de não atendimento das obrigações decorrentes do presente contrato a ser calculada da seguinte forma:

- a) multa diária de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, até o limite de 6% (seis por cento), sobre o valor da fatura, para a hipótese de atraso seja na prestação do serviço, seja no suporte técnico. Caso o atraso seja superior a 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução do contrato;
  - b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho no caso de inexecução parcial da obrigação;
  - c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho no caso de irregularidades na prestação do serviço;
  - d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total da obrigação.
- c) Caso haja interrupções não programadas no serviço, a CONTRATADA fica sujeita a descontos na fatura mensal, acrescidos de multa pecuniária, regidos a partir das seções a seguir:

- c.1) Considera-se paralisação programada pela CONTRATADA a interrupção para manutenção preventiva e/ou substituição dos equipamentos e meios utilizados no provimento do (s) Acesso (s) (objeto deste contrato), desde que devidamente informado à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis;
- c.2) A CONTRATADA deve conceder descontos no valor mensal por interrupção no funcionamento do (s) acesso (s) e pagar multa, cujas causas não sejam atribuídas a CONTRATANTE, observadas as demais condições estabelecidas no contrato;
- c.3) Para efeito de descontos, o tempo de interrupção deve ser considerado entre o início da interrupção registrada no Centro de Atendimento da CONTRATADA ou a partir da comunicação de interrupção, feita pela CONTRATANTE, e sua total recuperação;
- c.4) Para efeito de desconto, o período mínimo a ser considerado é de 30 (trinta) minutos consecutivos, adotando-se como início da contagem o tempo e o horário da ocorrência do fato que proporcionou a CONTRATANTE o direito de receber o desconto;
- c.5) Os períodos adicionais devem ser considerados como períodos inteiros de 30 (trinta) minutos;

c.6) O valor do desconto e da multa é aplicado no mês imediatamente subsequente ao mês no qual ocorreram os fatos que originaram os descontos, tendo como base o valor vigente dos acessos do mês da ocorrência da interrupção;

c.7) Quando os valores de disponibilidade do Serviço estabelecidos pela CONTRATADA não forem atendidos, é concedido ao cliente um desconto por interrupção e uma multa também é cobrada, sendo calculada a partir da seguinte equação:

$$VD = \frac{VM}{1440} \times N \quad (2)$$

Onde:

**VD**= Valor do desconto;

**VM**= Valor mensal do circuito (em R\$)

**n**=Quantidade de períodos de 30 (trinta) minutos.

**1440**= 1 dia de atualização, em minutos (24x60)

$$M = VD \times 0,5 \quad (3)$$

Onde:

**M**= Valor da multa a ser paga por indisponibilidade

**VD**= Valor do desconto (calculado na 2ª equação)

$$VDT = VD + M \quad (4)$$

Onde:

**VDT**= Valor do desconto total a ser concedido

**VD**= Valor do desconto por indisponibilidade (eq.2)

**M**= Multa (eq.3)

c.8) Caso a inoperância da conexão seja reincidente num período de 03 (três) horas, contados a partir do restabelecimento do mesmo, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do circuito, o início da primeira interrupção até o final da última (restabelecimento total do circuito);

c.9) Nas interrupções da prestação do serviço contratado, excetuadas as seguintes situações:

c.9.1) Caso fortuito ou força maior;

c.9.2) Operação inadequada, falha ou mau funcionamento de equipamentos não mantidos pela CONTRATADA;

c.9.3) Falha de equipamento da CONTRATADA, ocasionada pela CONTRATANTE;

c.9.4) Falha na infraestrutura física da CONTRATANTE;

c.9.5) Em casos de manutenções preventivas, testes e ajustes necessários à prestação do serviço licitado;

c.9.6) Impedimento, por qualquer motivo, do acesso de pessoal técnico da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, onde estejam localizados os equipamentos de propriedade da CONTRATADA e/ou por ela mantidos.

III - **Suspensão** de participar de licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público pelo período de até 02 (dois) anos, nos casos de inexecução do objeto, total ou parcial, ou irregularidade na execução, não justificada e/ou sem justificativa aceita pela Administração, na seguinte graduação:

a) 1 (um) ano, nos casos de inexecução parcial ou irregularidade na prestação do serviço;

b) 2 (dois) anos, nos casos de inexecução total.

12.2. No caso de inexecução do objeto que caracterize ilícito penal, será declarada a inidoneidade do contratado para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja reabilitada perante a autoridade superior.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

13.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1. Unilateralmente nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

13.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da Licitação;

13.1.3. Judicialmente, nos termos da Legislação Processual.

13.1.4. No caso de rescisão Contratual, devidamente justificada nos autos do Processo, terá o contratado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, para apresentar o contraditório e a ampla defesa.

13.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO**

14.1. Serão designados servidores para representar a Administração no exercício do dever de acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

15.1. A publicação do presente instrumento, em extrato, no Diário Oficial do Estado, ficará a cargo da CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos da legislação pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO COMPETENTE**

Fica eleito o foro da Justiça Estadual, Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Belém (PA), 17 de DEZEMBRO de 2018 .

  
\_\_\_\_\_  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
Contratante

  
\_\_\_\_\_  
MUNDIAL NET TELECOM LTDA EPP  
Contratada

**Testemunhas:**

1. Karla Queiroz  
RG: 4583264 SSP/PA

2. Uremata Silva  
RG: 314895 Polítec IAP

**ACÓRDÃO Nº. 58.289**

(Processos nºs. 2018/52387-0 e 2008/52717-8)

**Assunto: PENSÃO CIVIL****Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**

Relator: Conselheiro CÍPIRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR  
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução nº 18.990, de 03/04/2018, deste TCE, determinar a extinção do feito sem resolução do mérito, dos atos abaixo identificados:

Processo nº 2008/52387-0 - Pensão Civil consubstanciada na Portaria nº 0498, de 27/05/2002, em favor de MARIA DAS GRAÇAS CONCEIÇÃO, EDISON E ANA PAULA CONCEIÇÃO DIAS, dependentes do ex-segurado Raimundo de Souza Dias;

Processo nº 2008/52717-8 - Pensão Civil consubstanciada na Portaria nº 0405, de 03/07/2003, em favor de NAZARENO CABRAL TAVARES, dependente da ex-segurada Carmen Diva Malato Tavares.

**ACÓRDÃO Nº. 58.290**

(Processo nº. 2017/52720-4)

**Assunto: PENSÃO ESPECIAL****Requerente: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO****Relator: Conselheiro CÍPIRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR****ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II, parágrafo único, c/c art. 35, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de Pensão Especial, consubstanciado no Decreto nº. 2147, de 20/07/2018, em favor de ROCHELI SIMONE CELESTINO, dependente do Investigador de Polícia Civil Expedito Edson Cruz Mendes.**

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 22 de novembro de 2018, tomou as seguintes decisões:

**ACÓRDÃO Nº. 58.255**

(Processo nº 2008/50787-3)

**Assunto: Representação formulada pela Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará, pelo não encaminhamento dos processos de admissão de pessoal,**

referente ao concurso público realizado pela Secretaria de Estado de Administração.

**Requerente: AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ****Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS****ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II e 35 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro dos atos de nomeações por concurso público, firmados entre a AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ - ACINILDO SÉRGIO MIRANDA DE CAMPOS, ADILSON VASCONCELOS JESUS, ANA LÚCIA DE MORAIS SILVA, ANA MARLY LAMEIRA DA SILVA, CLÁUDIO ROBERTO MOREIRA FAVACHO, CRISTIANO BERNARDO DA CRUZ LOBO FILHO, EDSON SANTANA TEÓRICO, FÁBOLA DE ALMEIDA EVANGELISTA, FABRÍCIO LUIZ MARQUES DE ARAÚJO, FLÁVIO CLINK DA SILVA, GERALDO DANIEL E SILVA DE CASTRO, JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA SOUZA, JOSÉ LUIZ ANTÔNIO GONÇALVES, LEILA MARIA NASCIMENTO COSTA, LUIZ ALVES DE AZEVEDO, LUIZ TADEU SALES CORRÊA, MARCELO DIAS PAREDES, MÁRCIA FERNANDA LUZ NICODEMOS, MÁRCIO DOS SANTOS ABRAÃO, MARCO ANTÔNIO MARTINS DE SOUZA, MARCUS VINÍCIUS PINTO DOS SANTOS, MARIA AUXILIADORA NEVES SAMPAIO, PAULO GEORGE LOPES MACHADO, PAULO ROBERTO SILVA SOUSA, RAIMUNDO QUEIROZ DE ALMEIDA, RENATO RÔMULO FIGUEIRA ALMEIDA, ROGÉRIO LUIZ ARRUDA DE FIGUEIREDO, ROBERTO CHERMONT CHAVES, SILVIA MIRALHA DE ARAÚJO RIBEIRO, VERÔNICA MARIA RODRIGUES REIS, VANDA ARAÚJO NEVES, WAGNER DE SOUSA ROCHA, WAGNER DE SOUZA TOLOSA e JEANE SILVA SANTOS.****ACÓRDÃO Nº. 58.263**

(Processo nº. 2012/50067-4)

**Assunto: Prestação de Contas dos Encargos Gerais da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA referente ao Exercício Financeiro de 2011**

**Responsáveis: NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA e JOSÉ BARROSO TOSTES NETO**

**Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS****ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:**

1) Julgar regulares as contas de responsabilidade dos Srs. NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA e JOSÉ BARROSO TOSTES NETO, secretários à época da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no valor de R\$ 2.909.130.975,73 (dois bilhões, novecentos e nove milhões, cento e trinta mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e três centavos), e dar-lhes plena quitação;

2) Recomendar à Unidade Gestora de Encargos Gerais sobre supervisão da SEFA que os agentes públicos de controle interno

promovam o registro das conformidades no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/PA tempestivamente, conforme orienta o Decreto Estadual nº 2.536/2006, bem como a Portaria Estadual nº 122/2008-GAB/AGE.

**ACÓRDÃO Nº. 58.264**

(Processo nº 2013/50115-1)

**Assunto: Prestação de Contas dos Encargos Gerais da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA referente ao Exercício Financeiro de 2012**

**Responsável: JOSÉ BARROSO TOSTES NETO.****Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.**

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO, secretário à época da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no valor de R\$ 3.465.299.271,19 (Três bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e noventa e nove mil, duzentos e setenta e um reais e dezenove centavos), e dar-lhe plena quitação;

2) Oficiar à SEFA, para que tome ciência das recomendações constantes no parecer do Ministério Público de Contas, nos seguintes termos:

Que a SEFA diligencie, de modo a fazer cumprir as disposições regulamentares constantes do Decreto Estadual n. 2.536/2006, para que sejam realizadas as conformidades diárias no SIAFEM dos atos de gestão dos Encargos Gerais sob sua supervisão; Que o Governo do Estado do Pará realize efetivamente planejamentos executáveis de efetivação de suas receitas e de seus gastos, para que antes da assunção de compromissos de despesa estejam disponíveis os valores financeiros respectivos. Nesse sentido, não deve o jurisdicionado utilizar conta contábil sem lastro financeiro e desta forma não autorize execução de despesas via SIAfem sem a efetiva disponibilidade financeira para tal ação;

Determinar, ainda, à SEFA que não deixe de anotar os resultados orçamentários da gestão no GP-Pará ou outro sistema que venha a substituí-lo, de modo que o TCE e a sociedade possam avaliar a eficiência e a eficácia da gestão, bem como a sinceridade orçamentária do órgão.

**Protocolo: 393437****AVISO DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2018**

Considerando que as empresas TICKET LOG - TICKET SOLUÇÕES HDFTG S/A e PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL apresentaram impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 18/2018 - TCE/PA, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para administrar o fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis (Gasolina, Diesel, Etanol) utilizando cartão eletrônico (com chip), tecnologia smart, ou cartão de tarja magnética (transmissão por meio de linha telefônica) e taílo de Vale Combustível (ticket), pelo período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da Frota de Veículos do Tribunal de Contas do Estado do Pará (29 veículos), para abastecimento do gerador (diesel) e demais necessidades, o Pregoeiro, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 45 da Lei nº 9.784/99, resolve suspender a data da sessão pública de recebimento e abertura das Propostas de Preços, prevista para o dia 19 de dezembro de 2018.

Oportunamente será marcada nova data para a realização do certame.

Belém, 17 de dezembro de 2018.

Marcelo Gonçalves Lobo

Pregoeiro

**Protocolo: 394136****MINISTÉRIO PÚBLICO****MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ****LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE****PORTARIA Nº. 864/2018-MP/SJ-TA**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,

R E S O L V E : CONCEDER aos servidores abaixo discriminados licença para tratamento de saúde, com fulcro nos artigos 81 a 84 da Lei nº 5.810/1994:

NOME	PERÍODO
ALESSANDRA CRISTINE DE SA MENDES	12/11/2018 a 14/11/2018
ALZIRA PINTO FREITAS	27/11/2018
ANGIE YEDA PINTO DO NASCIMENTO	15/11/2018
CLEIA ALVES DE OLIVEIRA MIRANDA	14/11/2018
CLEIA ALVES DE OLIVEIRA MIRANDA	09/11/2018
DENISE CRESPO SOARES	09/11/2018
FABIO NATIVIDADE MARTINS	21/09 a 23/11/2018
JOELMA CORDEIRO VARELDA CARDOSO	12/11/2018
LUCIANA JORGE MORAES SILVA	19/11/2018
MARCOS GERSON MARIALVA ELISÁRIO	12/11/2018
MARCOS ROBERTO SIQUEIRA ANDRADE	13/11/2018 a 27/11/2018
MARIA DO SOCORRO JARDINA DE OLIVEIRA	12/11/2018
MARINALDO DA SILVA RAMOS	08/11/2018
MARLY DANTAS NERY	13/11/2018
MARLY DANTAS NERY	19/11/2018 a 20/11/2018
MAYSA GUALBERTO SANTOS	20/11/2018
SABRINA BRABO DE ARAUJO CARVALHO	13/11/2018
SORAYA JORGE DE CARVALHO	13/11/2018
SUE ANN DA SILVA MARCAL	14/11/2018
TONIA MAGALHÃES CHALU MENDES	06/11/2018 a 12/11/2018

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 28 de novembro de 2018.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa

**Protocolo: 393832****DESIGNAR SERVIDOR****PORTARIA Nº 9.034/2018-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício nº 541/2018-GAB/SEGUP, datado de 18/10/2018,

R E S O L V E I : DESIGNAR o servidor MAURO ANDRÉ SANTOS TOLOSA, Técnico em Informática, para, sem prejuízo de suas atribuições, a contar de 27/11/2018, atuar pelo Centro de Apoio Operacional Criminal - CAO/Criminal, nas Estações de Trabalho de Produção de Conhecimento - ETPC, do Centro Estadual Integrado de Inteligência - CEII.

II - DESIGNAR os servidores PAULO SÉRGIO RODRIGUES LIMA, Técnico - Analista de Sistema - Suporte a Banco de Dados, e PEDRO GLEUCIANIO FARIAS MOREIRA, Auxiliar de Administração, para, sem prejuízo de suas atribuições, a contar de 27/11/2018, atuarem, pelo Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional - GSI, nas Estações de Trabalho de Produção de Conhecimento - ETPC, do Centro Estadual Integrado de Inteligência - CEII.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 14 de dezembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

**Protocolo: 394025****CONTRATO****NÚM. DO CONTRATO: 133/2018-MP/PA****MODALIDADE DE LICITAÇÃO****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 070/2018-MP/PA.**

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa MUNDIAL NET TELECOM LTDA EPP (CNPJ: 16.577.986/0001-05).

Objeto: Prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Breu Branco/PA.

Data da Assinatura: 17/12/2018.

Vigência: 18/12/2018 a 17/12/2019.

Valor global: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.126.1434.8326;

Elemento de Despesa: 3390-40; Fonte: 0101.

Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.

Ordenador responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

**Protocolo: 393979****NÚM. DO CONTRATO: 132/2018-MP/PA****MODALIDADE DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2018-MP/PA.**

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ/MF nº 14.139.773/0001-68).

Objeto: Aquisição de serviços e produtos da plataforma ORACLE.

Data da Assinatura: 17/12/2018.

Vigência: 18/12/2018 a 17/12/2019.